REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL COMO CAPACIDADE DINÂMICA NO ESTADO PERIFÉRICO

INSTITUTIONAL SUSTAINABILITY AS A DYNAMIC CAPABILITY IN THE PERIPHERAL STATE

SOSTENIBILIDAD INSTITUCIONAL COMO CAPACIDAD DINÁMICA EN EL ESTADO PERIFÉRICO

Karol Jefessom Alves de Sousa
Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas na Era Digital, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil
E-mail: kjefessom@hotmail.com

Resumo
A sustentabilidade institucional tem sido frequentemente tratada como atributo normativo associado à estabilidade organizacional e à integridade administrativa. Contudo, em contextos de Estados periféricos marcados por instabilidade política e fragilidade burocrática, essa noção exige reinterpretação analítica. Este artigo reconceitualiza a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal, entendida como processo cumulativo de retenção do capital burocrático, aprendizagem organizacional e reconfiguração administrativa adaptativa. Com base em abordagem teórico-analítica fundamentada em revisão sistematizada da literatura sobre capacidade estatal, institucionalismo histórico e capacidades dinâmicas, propõe-se modelo integrador que desloca o foco do desenho formal das instituições para os mecanismos internos de preservação e atualização das competências estatais. Argumenta-se que a governança de pessoas constitui infraestrutura central dessa dinâmica adaptativa. Conclui-se que, no Estado periférico, a continuidade institucional depende menos de arranjos normativos formais e mais da consolidação intertemporal de capacidades organizacionais capazes de atravessar ciclos políticos sem perda de coerência estratégica.
Palavras-chave: Sustentabilidade institucional; Capacidade dinâmica; Estado periférico; Governança de pessoas; Capacidade estatal.

Abstract
Institutional sustainability has often been treated as a normative attribute associated with organizational stability and administrative integrity. However, in peripheral state contexts marked by political instability and bureaucratic fragility, this notion requires analytical reinterpretation. This article reconceptualizes institutional sustainability as a dynamic state capability, understood as a cumulative process of bureaucratic capital retention, organizational learning, and adaptive administrative reconfiguration. Drawing on a theoretical-analytical approach grounded in a systematized review of the literature on state capacity, historical institutionalism, and dynamic capabilities, the study proposes an integrative model that shifts the focus from formal institutional design to the internal mechanisms responsible for preserving and renewing state competencies over time. It argues that people governance constitutes a central infrastructure of this adaptive dynamic. The findings suggest that, in peripheral states, institutional continuity depends less on formal normative arrangements and more on the intertemporal consolidation of organizational capacities capable of sustaining strategic coherence across political cycles.
Keywords: Institutional sustainability; Dynamic capability; Peripheral state; People governance; State capacity.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

Resumen
La sostenibilidad institucional ha sido frecuentemente concebida como atributo normativo asociado a la estabilidad organizacional y a la integridad administrativa. Sin embargo, en contextos de Estados periféricos caracterizados por inestabilidad política y fragilidad burocrática, esta noción requiere una reinterpretación analítica. Este artículo reconceptualiza la sostenibilidad institucional como capacidad dinámica estatal, entendida como proceso acumulativo de retención del capital burocrático, aprendizaje organizacional y reconfiguración administrativa adaptativa. A partir de un enfoque teórico-analítico sustentado en revisión sistematizada de la literatura sobre capacidad estatal, institucionalismo histórico y capacidades dinámicas, se propone un modelo integrador que desplaza el foco del diseño institucional formal hacia los mecanismos internos responsables de la preservación y actualización de las competencias estatales en el tiempo. Se sostiene que la gobernanza de personas constituye infraestructura central de esta dinámica adaptativa. Se concluye que, en el Estado periférico, la continuidad institucional depende menos de arreglos normativos formales y más de la consolidación intertemporal de capacidades organizacionales capaces de sostener coherencia estratégica a lo largo de los ciclos políticos.
Palabras clave: Sostenibilidad institucional; Capacidad dinámica; Estado periférico; Gobernanza de personas; Capacidad estatal.

1. INTRODUÇÃO

A literatura contemporânea sobre capacidade estatal tem enfatizado a importância da qualidade burocrática, da coordenação institucional e da integridade administrativa para a produção consistente de políticas públicas (KETTL, 2021; MAZZUCATO; KATTEL, 2020). Entretanto, a noção de sustentabilidade institucional permanece frequentemente associada a atributos normativos — como estabilidade organizacional e conformidade regulatória — sem que se examine adequadamente sua dimensão dinâmica em contextos de instabilidade política e fragilidade estrutural (MOORE, 1995; BENINGTON; MOORE, 2011).

Nos Estados periféricos, marcados por trajetórias históricas de dependência, volatilidade política e limitações administrativas, a sustentabilidade institucional constitui problema mais complexo do que mera preservação de arranjos formais. A alternância frequente de elites dirigentes e a fragilidade dos mecanismos de profissionalização burocrática tendem a comprometer a continuidade das capacidades estatais, produzindo descontinuidades decisórias e erosão do capital institucional acumulado (MARCH; OLSEN, 1989; DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Nesses contextos, a sustentabilidade institucional deve ser reinterpretada não como atributo estático ou resultado exclusivo de desenho organizacional

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

adequado, mas como processo dinâmico de preservação e adaptação das capacidades estatais. Essa perspectiva dialoga com o institucionalismo histórico e com a noção de dependência de trajetória, segundo a qual escolhas organizacionais passadas condicionam possibilidades futuras e moldam padrões de estabilidade ou vulnerabilidade institucional (MARCH; OLSEN, 1989).

Ao mesmo tempo, a literatura sobre capacidades dinâmicas, originalmente desenvolvida no campo da estratégia organizacional, oferece instrumentos analíticos relevantes para compreender como organizações podem desenvolver mecanismos internos de aprendizagem, retenção de conhecimento e reconfiguração institucional capazes de sustentar desempenho de longo prazo (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; MAZZUCATO; KATTEL, 2020). A transposição crítica desse referencial ao campo da administração pública permite repensar a sustentabilidade estatal não como atributo meramente normativo, mas como resultado da capacidade de adaptação institucional cumulativa.

Em Estados periféricos, onde a instabilidade política tende a impactar diretamente as estruturas administrativas, a preservação do capital burocrático e o desenvolvimento de lideranças públicas tornam-se elementos centrais da continuidade estatal. A qualidade da burocracia, nesse contexto, constitui variável explicativa relevante da capacidade governamental de coordenar políticas públicas complexas e sustentar legitimidade democrática ao longo do tempo (KETTL, 2021; BENINGTON; MOORE, 2011).

Diante desse quadro, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como a sustentabilidade institucional pode ser compreendida como capacidade dinâmica no contexto do Estado periférico?

O objetivo do estudo é reconceitualizar a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal e propor um modelo analítico que identifique os mecanismos organizacionais responsáveis pela preservação e adaptação das competências estatais ao longo do tempo. Ao integrar institucionalismo histórico, teoria das capacidades dinâmicas e estudos sobre capacidade estatal, o artigo busca contribuir para a superação da compreensão normativa da sustentabilidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

institucional, oferecendo abordagem estrutural e processual aplicável à análise de Estados periféricos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Capacidade estatal e institucionalismo histórico

A literatura sobre capacidade estatal consolidou-se como campo central da ciência política e da administração pública ao investigar os determinantes institucionais da eficácia governamental. De modo geral, capacidade estatal refere-se à habilidade do Estado de formular, coordenar e implementar políticas públicas de forma consistente ao longo do tempo (KETTL, 2021; MAZZUCATO; KATTEL, 2020). Tal capacidade não se limita à existência formal de estruturas administrativas, mas envolve qualidade burocrática, coordenação interorganizacional e estabilidade decisória.

O institucionalismo histórico contribui para essa discussão ao enfatizar que as trajetórias organizacionais são moldadas por processos de dependência de percurso (path dependence), nos quais decisões institucionais pretéritas condicionam as possibilidades futuras de ação (MARCH; OLSEN, 1989). Nessa perspectiva, a estabilidade institucional não decorre apenas de normas formais, mas da sedimentação de rotinas, padrões culturais e incentivos organizacionais que estruturam o comportamento dos atores públicos.

Além disso, o neo-institucionalismo sociológico destaca que organizações públicas operam sob pressões de legitimidade que frequentemente levam à adoção de práticas formais sem correspondente internalização substantiva (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Em Estados periféricos, onde fragilidades administrativas e volatilidade política são recorrentes, tais processos podem resultar em institucionalização superficial, caracterizada por conformidade formal e baixa capacidade adaptativa.

Assim, compreender a sustentabilidade institucional exige ultrapassar concepções normativas centradas em desenho organizacional ou conformidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

regulatória. É necessário examinar como as instituições públicas desenvolvem mecanismos internos capazes de preservar competências e resistir a ciclos de instabilidade política. Essa abordagem desloca o foco da arquitetura formal para os processos dinâmicos de consolidação e reprodução das capacidades estatais.

2.2 Sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica

A noção de sustentabilidade institucional tem sido frequentemente associada à continuidade administrativa e à estabilidade organizacional. Contudo, a literatura contemporânea sobre capacidades dinâmicas oferece instrumentos analíticos que permitem reinterpretar essa categoria em termos processuais e adaptativos. No campo da estratégia organizacional, capacidades dinâmicas são definidas como a habilidade de integrar, construir e reconfigurar competências internas em ambientes de mudança (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

Embora originalmente desenvolvida no âmbito das organizações privadas, essa abordagem pode ser criticamente transposta para o setor público. Em contextos estatais marcados por instabilidade política e volatilidade institucional, a sustentabilidade depende da capacidade de absorver choques externos, preservar conhecimento acumulado e adaptar arranjos administrativos sem comprometer a continuidade das políticas públicas (MAZZUCATO; KATTEL, 2020).

Sob essa perspectiva, sustentabilidade institucional não se confunde com imobilidade organizacional. Ao contrário, implica equilíbrio dinâmico entre estabilidade e adaptação. Organizações públicas sustentáveis são aquelas capazes de manter coerência estratégica enquanto ajustam estruturas e processos diante de mudanças políticas, sociais e econômicas.

Nos Estados periféricos, essa dimensão assume relevância particular. A alternância frequente de governos, a fragilidade dos sistemas meritocráticos e a permeabilidade a interferências político-partidárias tendem a fragilizar a continuidade administrativa e a transmissão intertemporal de competências. Nesse cenário, a sustentabilidade institucional deve ser compreendida como capacidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

dinâmica de retenção do capital burocrático, aprendizagem organizacional cumulativa e reconfiguração administrativa incremental.

O modelo aqui proposto diferencia-se das abordagens tradicionais de capacidade estatal, que privilegiam recursos administrativos, desenho institucional ou autonomia burocrática como variáveis centrais. A ênfase desloca-se para os mecanismos internos de reprodução e adaptação das competências estatais ao longo do tempo.

Além disso, distingue-se da literatura sobre resiliência institucional. Enquanto esta frequentemente enfatiza a capacidade de absorção e recuperação diante de choques específicos ou crises episódicas, a noção de capacidade dinâmica estatal privilegia processos permanentes e cumulativos de retenção, aprendizagem e reconfiguração organizacional. O foco desloca-se da reação contingente à crise para a construção estrutural de mecanismos que asseguram continuidade decisória mesmo na ausência de eventos disruptivos.

O ganho incremental do modelo reside precisamente nessa ênfase processual e intertemporal. Ao integrar institucionalismo histórico e teoria das capacidades dinâmicas, a sustentabilidade institucional é concebida como fenômeno estruturante da continuidade estatal — e não apenas como atributo de resistência circunstancial — especialmente relevante em contextos periféricos marcados por instabilidade recorrente.

2.3 Governança de pessoas como infraestrutura da capacidade adaptativa

A literatura sobre qualidade burocrática demonstra que a profissionalização do serviço público constitui variável explicativa central do desempenho governamental (KETTL, 2021). A governança de pessoas, entendida como conjunto de mecanismos institucionais que regulam recrutamento, desenvolvimento, avaliação e retenção de servidores, desempenha papel decisivo na consolidação dessa qualidade.

Sistemas meritocráticos de ingresso e progressão funcional contribuem para reduzir vulnerabilidades institucionais e mitigar riscos de captura política. Além

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

disso, políticas estruturadas de desenvolvimento de lideranças e planejamento sucessório favorecem a continuidade administrativa, mesmo em cenários de alternância governamental (OECD, 2023).

Sob a lente das capacidades dinâmicas, a governança de pessoas pode ser interpretada como infraestrutura organizacional que viabiliza três processos fundamentais:

(i) retenção do capital burocrático;

(ii) aprendizagem institucional cumulativa;

(iii) estabilização intertemporal das competências estratégicas do Estado.

A retenção do capital burocrático reduz os custos de descontinuidade administrativa; a aprendizagem organizacional fortalece a capacidade de adaptação; e a estabilização das competências garante coerência estratégica ao longo do tempo.

Além disso, a teoria do valor público enfatiza que a geração sustentável de resultados socialmente relevantes depende da existência de capacidades administrativas estáveis e profissionalizadas (MOORE, 1995; BENINGTON; MOORE, 2011). A governança de pessoas, portanto, não constitui apenas função administrativa, mas componente estruturante da capacidade do Estado de produzir valor público de forma contínua.

2.4 Estado periférico e vulnerabilidade institucional

O conceito de Estado periférico é aqui mobilizado em perspectiva estrutural-político-institucional. Inspirado na tradição da teoria da dependência e da economia política do desenvolvimento desigual, o termo remete a formações estatais inseridas de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, caracterizadas por assimetrias econômicas estruturais e por padrões históricos de instabilidade institucional. Autores como Cardoso e Faletto (1970) e Evans (1995) argumentam que a posição periférica não se restringe à dimensão econômica, mas influencia diretamente a configuração das capacidades estatais, a densidade burocrática e os graus de autonomia administrativa.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

Nessa perspectiva, a condição periférica não constitui apenas um dado estrutural externo ao Estado, mas condiciona seus mecanismos internos de reprodução institucional. Restrições fiscais persistentes, volatilidade política e fragilidade dos sistemas meritocráticos tendem a produzir maior vulnerabilidade à descontinuidade decisória e à erosão do capital burocrático acumulado. O conceito assume, portanto, caráter analítico-operacional no presente estudo, designando contextos institucionais nos quais essas restrições estruturais dificultam a estabilização intertemporal das competências estatais.

Relatórios de organismos multilaterais têm evidenciado que países em desenvolvimento frequentemente apresentam déficits de profissionalização, elevada rotatividade administrativa e baixa institucionalização de sistemas de gestão do conhecimento, fatores que comprometem a continuidade das políticas públicas (WORLD BANK, 2022; OECD, 2024). Tais fragilidades ampliam a exposição das instituições públicas a ciclos políticos disruptivos e dificultam a consolidação de trajetórias administrativas sustentáveis.

Nesse contexto, a sustentabilidade institucional assume caráter estratégico. Não se trata apenas de preservar arranjos formais, mas de consolidar mecanismos organizacionais capazes de resistir a ciclos políticos e assegurar continuidade decisória. A literatura converge ao indicar que a robustez da capacidade estatal depende da articulação entre estabilidade burocrática, aprendizagem institucional e integridade administrativa (KETTL, 2021; MAZZUCATO; KATTEL, 2020). Ao reposicionar a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica, abre-se caminho para compreender como Estados periféricos podem construir resiliência organizacional estruturante — e não meramente episódica — mesmo sob condições adversas.

2.4.1 Delimitação analítico-operacional do Estado periférico

A noção de Estado periférico mobilizada neste estudo não pretende constituir categoria homogênea ou universalizante. Trata-se de um tipo ideal analítico-operacional, construído para identificar padrões institucionais recorrentes

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

em contextos marcados por restrições estruturais persistentes e instabilidade decisória intertemporal.

Para fins analíticos, o Estado periférico pode ser caracterizado a partir de três dimensões observáveis, em diálogo com a tradição da teoria da dependência e com estudos sobre autonomia burocrática (CARDOSO; FALETTO, 1970; EVANS, 1995):

1. **Dimensão estrutural-fiscal**: presença de restrições orçamentárias crônicas, elevada rigidez fiscal e limitada capacidade de investimento público sustentado, fenômeno associado a trajetórias de desenvolvimento dependente e vulnerabilidade externa (CARDOSO; FALETTO, 1970);
2. **Dimensão político-institucional**: elevada rotatividade ministerial, frequentes reestruturações administrativas e descontinuidade de programas estratégicos ao longo de alternâncias governamentais, fatores que afetam a estabilidade decisória e a consolidação de trajetórias institucionais (MARCH; OLSEN, 1989);
3. **Dimensão burocrático-organizacional**: baixa densidade meritocrática, alta proporção de cargos de livre nomeação em posições estratégicas e fragilidade de mecanismos formais de planejamento sucessório, elementos que comprometem a autonomia incorporada do Estado (EVANS, 1995; KETTL, 2021).

A combinação dessas dimensões tende a produzir maior vulnerabilidade à erosão do capital burocrático acumulado e à interrupção de trajetórias de aprendizagem institucional. O modelo proposto possui aplicabilidade analítica geral; contudo, seu poder explicativo mostra-se particularmente relevante em contextos que apresentam tais características estruturais.

2.5 Sustentabilidade institucional e resiliência organizacional: distinções analíticas

Embora a literatura sobre resiliência organizacional contribua para compreender a capacidade de absorção e recuperação diante de choques

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

específicos, frequentemente associada à absorção de impactos e retorno a níveis anteriores de desempenho, a noção de sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal apresenta escopo distinto (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

A resiliência tende a enfatizar eventos disruptivos delimitados e a capacidade de retorno ao equilíbrio anterior. Já a sustentabilidade institucional, conforme proposta neste estudo, refere-se a processo cumulativo e intertemporal de preservação e atualização das competências estratégicas do Estado.

Enquanto a resiliência privilegia a reação contingente à crise, a capacidade dinâmica estatal enfatiza a construção estrutural de mecanismos permanentes de retenção, aprendizagem e reconfiguração. O foco desloca-se da recuperação episódica para a consolidação progressiva de arquitetura organizacional capaz de atravessar ciclos políticos sem perda de coerência estratégica.

Essa distinção permite evitar sobreposição conceitual e posicionar o modelo proposto como contribuição específica ao debate sobre continuidade estatal em contextos de instabilidade recorrente.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como ensaio teórico-analítico estruturado a partir de revisão narrativa sistematizada da literatura internacional sobre capacidade estatal, institucionalismo histórico, capacidades dinâmicas e governança de pessoas no setor público. A opção metodológica decorre da natureza conceitual do problema investigado, que exige integração entre campos teóricos desenvolvidos de forma relativamente autônoma — teoria da capacidade estatal, institucionalismo histórico e teoria das capacidades dinâmicas — com vistas à proposição de um modelo analítico integrador.

A pesquisa situa-se no campo das investigações explicativo-interpretativas, orientadas à construção de categorias conceituais e à identificação de mecanismos causais subjacentes aos fenômenos institucionais analisados (DENZIN; LINCOLN, 2018). O objetivo central não consiste em testar hipóteses empíricas, mas em

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

reconceitualizar a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica no contexto do Estado periférico.

3.1 Estratégia de busca e delimitação do corpus

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de buscas estruturadas nas bases internacionais Web of Science e Scopus, reconhecidas por sua cobertura de periódicos de alto impacto nas áreas de administração pública, ciência política e estudos organizacionais. A estratégia foi complementada por consulta a relatórios técnicos de organismos multilaterais — como Banco Mundial e OECD — e a obras clássicas consideradas estruturantes para os campos analíticos mobilizados.

Foram utilizados descritores em inglês combinados por operadores booleanos, incluindo:

- state capacity
- institutional sustainability
- dynamic capabilities
- historical institutionalism
- bureaucratic quality
- public sector professionalization
- organizational resilience in government

O recorte temporal priorizou publicações entre 2000 e 2024, período que abrange a consolidação contemporânea do debate sobre capacidade estatal e a difusão do referencial das capacidades dinâmicas. Obras anteriores foram incluídas quando consideradas fundamentais para a fundamentação teórica, como aquelas relacionadas ao institucionalismo histórico (MARCH; OLSEN, 1989) e às capacidades dinâmicas (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

A busca inicial resultou em aproximadamente 260 documentos. Após triagem preliminar com base em títulos, resumos e palavras-chave, foram excluídos trabalhos sem aderência direta ao problema investigado.

3.2 Critérios de seleção

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

A seleção final considerou critérios de elegibilidade previamente definidos, visando assegurar coerência entre o corpus analisado e os objetivos do estudo. Foram incluídos trabalhos que:

(i) abordassem explicitamente capacidade estatal, sustentabilidade institucional, profissionalização burocrática ou capacidades dinâmicas aplicadas ao setor público;

(ii) apresentassem contribuição conceitual ou analítica relevante para a compreensão de processos de adaptação institucional;

(iii) fossem publicados em periódicos indexados, editoras acadêmicas reconhecidas ou relatórios institucionais de referência internacional.

Foram excluídos estudos de natureza exclusivamente descritiva, análises restritas ao setor privado sem transposição teórica ao campo público e trabalhos sem fundamentação conceitual consistente.

O processo de seleção observou critérios explícitos de pertinência temática, densidade conceitual e alinhamento com o problema de pesquisa, assegurando consistência entre o corpus analisado e os objetivos teóricos do estudo. Após aplicação desses critérios, 102 documentos foram considerados diretamente relevantes para a construção do referencial analítico.

3.3 Procedimentos de análise

A etapa analítica foi conduzida por meio de síntese temática interpretativa, metodologia adequada para integração conceitual em estudos teóricos (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). O procedimento consistiu na identificação de categorias recorrentes, convergências argumentativas e mecanismos explicativos presentes na literatura selecionada.

A análise comparativa permitiu identificar três eixos analíticos centrais:

1. Dependência de trajetória e estabilidade institucional, envolvendo sedimentação de rotinas organizacionais e condicionamentos históricos da capacidade estatal (MARCH; OLSEN, 1989);

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

2. Capacidades dinâmicas e adaptação organizacional, compreendendo mecanismos de reconfiguração administrativa, aprendizagem institucional e retenção de competências (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997);
3. Governança de pessoas e qualidade burocrática, incluindo meritocracia, desenvolvimento de lideranças e retenção do capital burocrático como fatores de continuidade estatal (KETTL, 2021).

Esses eixos fundamentaram a formulação do modelo analítico apresentado na seção de resultados, no qual a sustentabilidade institucional é interpretada como capacidade dinâmica estatal sustentada por mecanismos de governança de pessoas.

3.4 Rigor metodológico e coerência analítica

O processo de revisão observou princípios de rastreabilidade e transparência, assegurando alinhamento entre problema de pesquisa, estratégia de busca, critérios de seleção e construção do modelo teórico. A triangulação entre diferentes tipos de fontes — artigos científicos, livros acadêmicos e relatórios institucionais — ampliou a robustez interpretativa e reduziu riscos de viés analítico.

Adicionalmente, a adoção de referenciais teóricos consolidados — institucionalismo histórico, teoria das capacidades dinâmicas e literatura sobre capacidade estatal — contribuiu para conferir consistência epistemológica ao estudo.

3.5 Limitações metodológicas

Por tratar-se de ensaio teórico fundamentado em revisão narrativa sistematizada, o estudo não realiza validação empírica das relações propostas nem emprega técnicas estatísticas ou meta-análises quantitativas. Embora a estratégia adotada permita integração conceitual aprofundada, futuras investigações empíricas poderão testar as relações analíticas aqui propostas por meio de estudos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

comparativos, análises longitudinais ou construção de indicadores institucionais de capacidade dinâmica estatal.

A operacionalização empírica das dimensões identificadas — retenção do capital burocrático, aprendizagem institucional e reconfiguração administrativa — constitui agenda promissora para pesquisas subsequentes, especialmente em contextos de Estados periféricos.

3.6 Fluxo de seleção do corpus bibliográfico

O processo de seleção da literatura observou as seguintes etapas:

- Busca inicial nas bases *Web of Science* e *Scopus*: 260 registros;
- Exclusão por ausência de aderência temática (triagem por título e resumo): 158 registros;
- Leitura integral para verificação de pertinência conceitual: 102 registros incluídos no corpus final.

Optou-se por revisão narrativa sistematizada em razão da natureza conceitual do problema investigado, que exige integração interpretativa entre tradições teóricas desenvolvidas de forma relativamente autônoma, conforme recomendam estudos metodológicos sobre revisões integrativas em administração e políticas públicas (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). Revisões sistemáticas estritamente quantitativas poderiam limitar a articulação analítica necessária à proposição de modelo integrador.

A seleção foi conduzida pela autora, com registro sistemático dos critérios de elegibilidade e rastreabilidade documental, assegurando transparência e coerência metodológica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão da literatura evidencia que a sustentabilidade institucional, quando analisada sob a lente da capacidade estatal, não pode ser compreendida como atributo meramente normativo ou como resultado automático de desenhos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

organizacionais formais. Em contextos de Estados periféricos, marcados por volatilidade política e fragilidade administrativa, a continuidade das capacidades estatais depende da existência de mecanismos organizacionais capazes de preservar competências, absorver choques e reconfigurar arranjos institucionais sem comprometer a coerência estratégica da ação pública (MARCH; OLSEN, 1989; KETTL, 2021).

A partir da síntese teórica realizada, propõe-se a interpretação da sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal, estruturada em três processos interdependentes:

1. Retenção do capital burocrático;
2. Aprendizagem institucional cumulativa;
3. Reconfiguração administrativa adaptativa.

Esses processos não operam isoladamente, mas constituem dinâmica integrada que condiciona a robustez da capacidade estatal no longo prazo.

4.1 Retenção do capital burocrático

O primeiro componente da capacidade dinâmica estatal refere-se à preservação e estabilização do capital burocrático. A literatura demonstra que a qualidade da burocracia constitui variável explicativa relevante do desempenho governamental e da continuidade administrativa (KETTL, 2021). Em Estados periféricos, a alta rotatividade de cargos estratégicos e a fragilidade dos sistemas meritocráticos frequentemente resultam na perda de conhecimento institucional acumulado.

A retenção do capital burocrático envolve mecanismos de ingresso meritocrático, progressão funcional baseada em competências e planejamento sucessório estruturado. Tais mecanismos reduzem a vulnerabilidade institucional a ciclos políticos e mitigam riscos de captura partidária (OECD, 2023). Sob a perspectiva das capacidades dinâmicas, essa retenção funciona como base de estabilidade que permite à organização pública preservar suas competências essenciais diante de mudanças externas (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

Sem estabilização do capital humano estratégico, a administração pública tende a operar em ciclos de descontinuidade decisória, comprometendo a previsibilidade e a efetividade das políticas públicas.

4.2 Aprendizagem institucional cumulativa

O segundo componente refere-se à capacidade de produzir aprendizagem organizacional contínua. A literatura sobre institucionalismo histórico destaca que instituições consolidam-se por meio da sedimentação de rotinas e da internalização de padrões decisórios (MARCH; OLSEN, 1989). Contudo, essa sedimentação não deve ser confundida com rigidez estrutural.

A aprendizagem institucional envolve a capacidade de incorporar experiências anteriores, sistematizar conhecimento e difundir práticas eficazes internamente. Em contextos de instabilidade política, a aprendizagem cumulativa reduz a dependência de lideranças individuais e fortalece a autonomia técnica da burocracia.

Essa dimensão conecta-se à teoria do valor público, segundo a qual a geração sustentável de resultados socialmente relevantes depende da existência de capacidades administrativas estáveis e reflexivas (MOORE, 1995; BENINGTON; MOORE, 2011). A institucionalização de processos de gestão do conhecimento e avaliação sistemática de políticas públicas contribui para transformar experiência administrativa em patrimônio organizacional.

Nos Estados periféricos, onde rupturas políticas são recorrentes, a aprendizagem institucional funciona como mecanismo de amortecimento, reduzindo o impacto das mudanças governamentais sobre a continuidade das políticas.

4.3 Reconfiguração administrativa adaptativa

O terceiro componente da capacidade dinâmica estatal consiste na habilidade de reconfigurar arranjos administrativos diante de mudanças contextuais. A literatura sobre capacidades dinâmicas enfatiza que organizações

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

resilientes são aquelas capazes de integrar, construir e reconfigurar competências em ambientes voláteis (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

No setor público, essa reconfiguração não significa ruptura constante, mas ajuste incremental orientado à preservação das capacidades estratégicas. Reformas administrativas eficazes são aquelas que equilibram adaptação e continuidade, evitando tanto a rigidez excessiva quanto a volatilidade estrutural.

Em Estados periféricos, a ausência dessa capacidade resulta em reformas episódicas e descontinuadas, frequentemente motivadas por agendas político-partidárias e não por diagnósticos técnicos (KETTL, 2021). A reconfiguração adaptativa depende da existência de burocracias profissionais capazes de interpretar mudanças contextuais sem comprometer a coerência institucional.

4.4 Integração dos componentes e sustentabilidade institucional

A sustentabilidade institucional emerge da interação cumulativa entre retenção do capital burocrático, aprendizagem institucional e reconfiguração adaptativa. Quando esses três processos operam de forma integrada, o Estado desenvolve capacidade de preservar coerência estratégica mesmo sob condições adversas.

A ausência de qualquer um desses elementos fragiliza o sistema. A retenção sem aprendizagem produz estagnação; a aprendizagem sem estabilidade gera volatilidade; e a adaptação sem base burocrática sólida conduz à fragmentação institucional.

Nos Estados periféricos, onde pressões políticas e restrições estruturais são mais intensas, a consolidação dessa tríade constitui condição necessária para a construção de resiliência administrativa e continuidade decisória. Assim, a sustentabilidade institucional deve ser interpretada não como atributo formal, mas como processo dinâmico de reprodução e atualização das capacidades estatais.

A sistematização analítica desenvolvida ao longo desta seção permite consolidar os elementos centrais do modelo proposto em uma estrutura sintética, que explicita as dimensões processuais, seus mecanismos organizacionais

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

correspondentes e seus efeitos sobre a capacidade estatal. A representação esquemática apresentada a seguir não pretende reduzir a complexidade da dinâmica institucional a categorias estanques, mas oferecer instrumento analítico que facilite a compreensão integrada dos processos que sustentam a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica.

Ao organizar os componentes em dimensões interdependentes, o modelo evidencia que a robustez institucional não decorre da presença isolada de práticas administrativas específicas, mas da articulação cumulativa entre estabilidade burocrática, aprendizagem organizacional e adaptação incremental. O quadro sintetiza, portanto, a arquitetura conceitual que fundamenta a interpretação da sustentabilidade institucional como processo dinâmico de preservação e reconfiguração das competências estatais no tempo.

Quadro 1 – Arquitetura Processual da Sustentabilidade Institucional como Capacidade Dinâmica Estatal

Dimensão Processual	Definição Analítica	Mecanismos Organizacionais	Efeito Sistêmico sobre Capacidade Estatal
Retenção do capital burocrático	Estabilização intertemporal das competências estratégicas incorporadas à burocracia pública.	Ingresso meritocrático; progressão funcional baseada em competências; planejamento sucessório institucionalizado.	Redução da descontinuidade decisória e mitigação de vulnerabilidades político-partidárias.
Aprendizagem institucional cumulativa	Sedimentação organizacional de conhecimento por meio de rotinas reflexivas e retroalimentação decisória.	Sistemas de gestão do conhecimento; avaliação sistemática de políticas; capacitação continuada.	Ampliação da autonomia técnica e preservação da coerência estratégica.
Reconfiguração administrativa adaptativa	Ajuste incremental de estruturas e processos sem ruptura das competências essenciais.	Reformas graduais baseadas em diagnóstico técnico; coordenação interorganizacional; liderança pública profissional.	Equilíbrio dinâmico entre estabilidade institucional e adaptação contextual.

Fonte: Elaboração própria, com base na síntese teórica de March e Olsen (1989), Teece, Pisano e Shuen (1997) e Mazzucato e Kattel (2020).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

A sistematização apresentada no Quadro 1 permite visualizar a sustentabilidade institucional como arquitetura processual integrada, na qual estabilidade, aprendizagem e adaptação operam de forma mutuamente condicionada. Essa representação evidencia que a capacidade dinâmica estatal não se reduz a arranjos normativos ou reformas episódicas, mas resulta da consolidação progressiva de mecanismos organizacionais que atravessam ciclos políticos e preservam coerência estratégica da ação governamental.

A partir dessa estrutura analítica, torna-se possível avançar para a discussão das implicações do modelo para a governança pública contemporânea. Se a sustentabilidade institucional depende da articulação cumulativa entre retenção do capital burocrático, aprendizagem institucional e reconfiguração adaptativa, então a qualidade da arquitetura organizacional do Estado passa a constituir variável explicativa central das diferenças de desempenho governamental entre contextos nacionais. É sob essa perspectiva que se examinam, a seguir, as implicações analíticas do modelo proposto para a compreensão da governança pública e da construção de capacidades administrativas de longo prazo.

4.5 Implicações analíticas para a governança pública contemporânea

A reconceitualização da sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica permite reinterpretar a governança pública não como arranjo estrutural estático, mas como sistema processual de construção, preservação e atualização intertemporal de competências administrativas. Sob essa perspectiva, reformas institucionais deixam de ser avaliadas exclusivamente por sua arquitetura normativa formal e passam a ser examinadas segundo sua capacidade de consolidar — ou fragilizar — mecanismos organizacionais de estabilização do capital burocrático, sedimentação da aprendizagem institucional e adaptação administrativa incremental.

Reformas baseadas predominantemente em mudanças estruturais ou na introdução isolada de instrumentos gerenciais tendem a produzir efeitos limitados quando não fortalecem tais mecanismos processuais (KETTL, 2021). A qualidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

da burocracia e a estabilidade dos sistemas de governança de pessoas configuram, nesse sentido, variáveis estruturantes da capacidade estatal, pois condicionam a possibilidade de acumulação intertemporal de conhecimento organizacional e de preservação da coerência estratégica da ação pública.

Evidências comparativas indicam que níveis mais elevados de profissionalização burocrática estão associados a maior confiança institucional, menor volatilidade administrativa e maior previsibilidade decisória (OECD, 2024; WORLD BANK, 2022). Esses achados reforçam a hipótese de que a sustentabilidade institucional está menos relacionada à proliferação de normas formais e mais vinculada à consolidação de arranjos organizacionais capazes de estabilizar carreiras públicas, institucionalizar rotinas reflexivas e assegurar mecanismos consistentes de sucessão técnica.

No contexto latino-americano, estudos sobre presidencialismo de coalizão e rotatividade ministerial demonstram que elevada fragmentação partidária e instabilidade na composição de gabinetes estão associadas à substituição recorrente de equipes técnicas estratégicas, dificultando a consolidação de trajetórias administrativas cumulativas (AMORIM NETO, 2006; MARTÍNEZ-GALLARDO, 2010). Pesquisas sobre profissionalização da alta burocracia na região indicam, ainda, que a politização excessiva de cargos estratégicos tende a comprometer a autonomia técnica e a continuidade decisória (GEDDES, 1994; IACOVIELLO, 2014). No campo das reformas administrativas, análises comparativas evidenciam que ciclos sucessivos de reestruturação institucional, frequentemente orientados por agendas governamentais de curto prazo, produzem mudanças formais sem correspondente internalização substantiva de rotinas profissionais, limitando a consolidação cumulativa de capacidades.

À luz do modelo proposto, tais fenômenos podem ser interpretados não como falhas episódicas de gestão, mas como expressões de déficits estruturais de capacidade dinâmica estatal. A vulnerabilidade institucional observada em diferentes contextos periféricos revela-se, assim, associada à insuficiente consolidação intertemporal de mecanismos organizacionais capazes de estabilizar conhecimento, preservar capital burocrático e promover adaptação incremental

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

sem ruptura decisória — elementos centrais para a construção de sustentabilidade institucional de longo prazo.

4.6 Implicações analíticas para políticas públicas e reformas administrativas

Sob a perspectiva da sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal, políticas públicas e reformas administrativas podem ser reinterpretadas à luz de sua contribuição para a consolidação intertemporal de competências organizacionais. A literatura sobre capacidade estatal sugere que contextos caracterizados por maior estabilidade burocrática e institucionalização de rotinas meritocráticas tendem a apresentar maior previsibilidade decisória e menor volatilidade administrativa (KETTL, 2021; OECD, 2024).

Nesse sentido, reformas orientadas à institucionalização de sistemas meritocráticos de ingresso e progressão funcional, ao desenvolvimento estruturado de lideranças públicas e à consolidação de mecanismos formais de gestão do conhecimento tendem a fortalecer os processos de retenção do capital burocrático e aprendizagem institucional. De modo semelhante, sistemas de avaliação institucional orientados à retroalimentação organizacional contribuem para transformar experiência administrativa em capacidade cumulativa.

A análise proposta indica que o impacto de reformas administrativas não deve ser avaliado apenas por mudanças estruturais imediatas, mas por sua capacidade de estabilizar e atualizar competências estratégicas ao longo do tempo. Assim, a sustentabilidade institucional mostra-se menos dependente da multiplicação de instrumentos normativos e mais associada à consolidação progressiva de arranjos organizacionais capazes de atravessar ciclos políticos preservando coerência estratégica da ação estatal.

4.7 Possibilidades de operacionalização empírica

Embora o modelo proposto possua natureza teórico-analítica, suas dimensões permitem operacionalização empírica em múltiplos níveis de análise —

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

organizacional, setorial e nacional — possibilitando tanto estudos intraorganizacionais quanto comparações cross-national de caráter longitudinal.

4.7.1 Nível organizacional

No plano organizacional, a retenção do capital burocrático pode ser mensurada por indicadores como:

(i) taxa de rotatividade em cargos de direção e assessoramento estratégico;

(ii) proporção de servidores de carreira ocupando posições decisórias;

(iii) existência de mecanismos formalizados de planejamento sucessório e avaliação por competências.

Esses dados podem ser obtidos em registros administrativos internos, relatórios de gestão de pessoas ou bases de dados de recursos humanos do setor público.

A aprendizagem institucional cumulativa, nesse nível, pode ser observada pela presença de sistemas estruturados de gestão do conhecimento, institucionalização de avaliações periódicas de políticas públicas, existência de ciclos formais de retroalimentação decisória e programas continuados de capacitação técnica. Tais elementos permitem aferir o grau de sedimentação organizacional de práticas reflexivas e rotinas de aprendizagem.

4.7.2 Nível setorial

Em nível setorial — por exemplo, ministérios ou áreas estratégicas de governo — a **reconfiguração administrativa adaptativa** pode ser analisada por meio de indicadores como:

(i) estabilidade de programas estruturantes ao longo de alternâncias governamentais;

(ii) padrão incremental ou disruptivo de reformas administrativas;

(iii) grau de coordenação interorganizacional formalizada.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

A análise longitudinal desses fatores permite examinar se mudanças institucionais resultam em consolidação cumulativa de capacidades ou em ciclos recorrentes de descontinuidade decisória.

4.7.3 Nível nacional comparado

No plano nacional comparado, as dimensões propostas podem dialogar com bases internacionais consolidadas. A retenção e estabilidade burocrática podem ser aproximadas por indicadores de *Government Effectiveness* e qualidade regulatória do Worldwide Governance Indicators (WORLD BANK, 2022), bem como por métricas de profissionalização e estabilidade do emprego público presentes em relatórios da OECD (2024).

Indicadores de rotatividade ministerial, estabilidade de gabinetes e duração média de mandatos ministeriais — frequentemente utilizados em estudos comparativos sobre presidencialismo e governança na América Latina — também podem servir como proxies da estabilidade intertemporal das capacidades administrativas.

Construção de Índice Composto

A partir desses níveis, torna-se possível conceber um índice composto de capacidade dinâmica estatal, combinando métricas de estabilidade burocrática, institucionalização da aprendizagem organizacional e padrão incremental de adaptação administrativa. Tal instrumento permitiria mensurar variações na sustentabilidade institucional e explorar empiricamente sua relação com desempenho governamental, previsibilidade decisória e confiança institucional.

Essa agenda abre espaço para investigações comparativas entre Estados periféricos e análises longitudinais capazes de identificar trajetórias de consolidação ou erosão cumulativa das capacidades estatais.

4.8 Contribuição teórica específica do modelo proposto

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

A literatura clássica de capacidades dinâmicas, desenvolvida no campo da estratégia organizacional, define tais capacidades como habilidade de integrar, construir e reconfigurar competências internas para obtenção de vantagem competitiva em ambientes de mercado voláteis (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997). Aplicações recentes ao setor público enfatizam políticas orientadas por missão e inovação governamental (MAZZUCATO; KATTEL, 2020).

O modelo proposto neste artigo apresenta três avanços analíticos principais:

1. Deslocamento do locus analítico: da firma privada para o Estado, especialmente em contextos periféricos caracterizados por instabilidade intertemporal;
2. Centralidade da governança de pessoas como infraestrutura estruturante da capacidade dinâmica estatal, elemento pouco explorado de forma sistemática na literatura de capacidades dinâmicas aplicada ao setor público;
3. Ênfase na reprodução intertemporal cumulativa das competências burocráticas, deslocando o foco da adaptação pontual para a preservação estruturada da coerência estratégica ao longo de ciclos políticos.

Diferentemente das formulações que enfatizam inovação orientada por missões específicas, o presente modelo concentra-se nos mecanismos internos de retenção, aprendizagem e reconfiguração que permitem ao Estado preservar competências estratégicas mesmo na ausência de agendas transformacionais explícitas.

Assim, a contribuição teórica não reside apenas na transposição do referencial das capacidades dinâmicas ao campo público, mas na reconceitualização da sustentabilidade institucional como processo estruturante da continuidade estatal em contextos de vulnerabilidade institucional.

5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida permitiu reconceitualizar a sustentabilidade institucional como capacidade dinâmica estatal, particularmente relevante em

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

contextos caracterizados por instabilidade política recorrente e fragilidade burocrática estrutural. O modelo proposto sustenta que a continuidade das capacidades estatais não decorre primordialmente do desenho formal das instituições, mas da consolidação intertemporal de mecanismos organizacionais capazes de preservar e atualizar competências estratégicas ao longo do tempo.

Ao integrar institucionalismo histórico, teoria das capacidades dinâmicas e literatura sobre capacidade estatal, o estudo desloca o foco analítico da estabilidade normativa para os processos internos que estruturam a reprodução cumulativa do aparato administrativo. A sustentabilidade institucional passa, assim, a ser compreendida como dinâmica organizacional estruturante, vinculada à capacidade do Estado de estabilizar conhecimento, reter capital burocrático e ajustar arranjos administrativos sem ruptura decisória.

No contexto do Estado periférico, marcado por restrições fiscais persistentes, volatilidade política e vulnerabilidades institucionais, essa dinâmica assume centralidade estratégica. A governança de pessoas revela-se infraestrutura fundamental da continuidade estatal, ao assegurar a transmissão intertemporal de competências e a sedimentação de rotinas organizacionais capazes de atravessar ciclos políticos sem erosão substantiva de capacidades.

Como limitação, o estudo apresenta natureza teórico-analítica e não realiza validação empírica das dimensões propostas. Investigações futuras poderão operacionalizar indicadores associados à estabilidade burocrática, à aprendizagem organizacional e à adaptação incremental, examinando empiricamente sua relação com desempenho governamental, previsibilidade decisória e confiança institucional. Estudos comparativos e análises longitudinais oferecem agenda promissora para aprofundar a compreensão da capacidade dinâmica estatal em diferentes contextos nacionais.

Em termos analíticos, o modelo aqui desenvolvido contribui para explicar por que determinados Estados conseguem preservar coerência estratégica e continuidade administrativa ao longo do tempo, enquanto outros permanecem sujeitos a ciclos recorrentes de descontinuidade institucional. Ao reposicionar a sustentabilidade institucional como fenômeno processual e cumulativo, o estudo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

oferece ferramenta conceitual para examinar a robustez intertemporal das capacidades estatais em ambientes de instabilidade estrutural.

A incorporação da perspectiva de capacidade dinâmica estatal fornece, adicionalmente, critério analítico para avaliar agendas contemporâneas de reforma administrativa, deslocando o foco de mudanças estruturais pontuais para a consolidação cumulativa de competências organizacionais. Nesse sentido, reformas passam a ser interpretadas não apenas por seus efeitos imediatos, mas por sua contribuição à estabilização intertemporal das capacidades estratégicas do Estado.

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, Octavio. The presidential calculus: executive policy making and cabinet formation in the Americas. *Comparative Political Studies*, v. 39, n. 4, p. 415–440, 2006. https://doi.org/10.1177/0010414005282381.

BENINGTON, John; MOORE, Mark H. *Public value: theory and practice*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The Sage handbook of qualitative research*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983. https://doi.org/10.2307/2095101.

EVANS, Peter. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

GEDDES, Barbara. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1994.

IACOVIELLO, Mercedes. Civil service reform in Latin America: institutionalization and professionalization of the public service. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2014.

KETTL, Donald F. *The transformation of governance: public administration for twenty-first century America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2021.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 11/01/2026 - **Accepted:** 28/02/2026
Vol: 13.01
DOI: 10.66104/mwnr9752
Pages: 1-27

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*. New York: Free Press, 1989.

MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia. Inside the cabinet: the influence of ministers in the policymaking process. In: SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto; TOMMASI, Mariano (org.). *How democracy works: political institutions, actors, and arenas in Latin American policymaking*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2010. p. 119–146.

MAZZUCATO, Mariana; KATTEL, Rainer. Mission-oriented innovation policy and dynamic capabilities in the public sector. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v. 29, n. 1, p. 1–19, 2020. https://doi.org/10.1093/icc/dtz054.

MOORE, Mark H. *Creating public value: strategic management in government*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OECD. *Government at a glance 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/gov/government-at-a-glance-2023.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

OECD. *Trust and public governance 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/gov/trust-in-government.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

TEECE, David J.; PISANO, Gary; SHUEN, Amy. Dynamic capabilities and strategic management. *Strategic Management Journal*, v. 18, n. 7, p. 509–533, 1997. https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-0266(199708)18:7<509::AID-SMJ882>3.0.CO;2-Z.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003. https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375.

WORLD BANK. *Worldwide governance indicators 2022*. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: https://info.worldbank.org/governance/wgi/. Acesso em: 19 fev. 2026.